



O QUE É LIBERALISMO, AFINAL?

A PALAVRA VOLTOU COM FORÇA AO DEBATE ECONÔMICO NO BRASIL. PARA FUGIR DOS CHAVÕES E MEMES DE REDE SOCIAL, RECUPERAMOS UM POUCO DO SIGNIFICADO DO TERMO AO LONGO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO.

| POR ALEXANDRA STROMMER GODOI

O termo *liberal* voltou com força ao discurso econômico e político no Brasil recentemente, de maneira especial com a nomeação de Paulo Guedes – de longa data, um convicto defensor do liberalismo econômico – para o Ministério da Economia. Executivos têm procurado compreender o significado de tal mudança para a forma de fazer negócios no Brasil. Redução do tamanho do Estado, privatização e desburocratização são algumas das formas pelas quais as políticas liberais podem afetar diretamente a realidade das empresas brasileiras. Este artigo tem como objetivo sintetizar algumas ideias dos principais pensadores liberais ao longo da história, de forma a enriquecer o debate.

A vertente econômica do liberalismo é parte de uma tradição bem mais ampla no campo da política, que nasceu na Inglaterra e na França no século XVII com o objetivo de combater o absolutismo. O liberalismo surgiu da ideia de que o poder tende a ser usado de forma abusiva por quem o detém. Para seus formuladores, os papéis fundamentais da política são proteger e expandir a liberdade do indivíduo.

O PENSAMENTO LIBERAL BASEIA-SE NO DESEJO DE QUE AS PESSOAS SEJAM LIVRES DE LIMITAÇÕES INJUSTIFICADAS E POSSAM VIVER SUAS VIDAS DE ACORDO COM SEUS PRÓPRIOS PROPÓSITOS.

No entanto, liberais de diferentes vertentes divergem quanto ao grau e à forma de garantir essa autonomia individual. Enquanto libertários acreditam que a interferência deveria ser a menor possível, sociais-liberais defendem que o governo ativamente remove obstáculos à liberdade, como pobreza, ignorância e discriminação. O próprio entendimento do conceito de liberdade foi evoluindo ao longo do tempo, de modo a acrescentar novas camadas de significado (confira na linha do tempo).

O CONCEITO DE LIBERDADE AO LONGO DA HISTÓRIA

Livre da opressão por parte do governo (*let me be*): Estado de direito; governo como garantidor de direitos naturais inalienáveis (vida, liberdade).



Séculos XVII e XVIII

Livre para transacionar (livres mercados): direito à propriedade, fim dos privilégios mercantilistas; Estado como garantidor da iniciativa privada.



Séculos XVIII e XIX

Livre para se expressar: direito à educação, livre imprensa; Estado responsável por criar ambiente social, político e cultural para que a liberdade ganhe substância.



Século XVIII

Livre para progredir (*let me grow*): estado de bem-estar social; Estado teria de ativamente eliminar barreiras como necessidade, doença, ignorância, miséria.



Fim do século XIX-1960

Livre para ser diferente em estilos de vida, crenças etc.: papel ativo do Estado em promover diversidade e tolerância.



1960-dias atuais

FONTE: ADAPTADO DE LIBERALISM: A VERY SHORT INTRODUCTION, DE MICHAEL FREDEEN

PARA OS LIBERAIS, A ECONOMIA SERIA COMPARÁVEL A UM ORGANISMO VIVO, BASTANTE COMPLEXO, QUE, TAL QUAL UM FRANKENSTEIN, NÃO PODERIA SER RECONSTRUÍDO ARTIFICIALMENTE SEM CONSEQUÊNCIAS FATAIS.

Apesar da ampla variedade do pensamento liberal, existem alguns elementos que unem historicamente todas as vertentes. Além do foco na *liberdade* (o desejo de se ver livre de limitações injustificadas, abrindo possibilidades para que as pessoas vivam suas vidas de acordo com seus próprios propósitos), ressalta-se a crença em valores iluministas como:

Racionalidade: as pessoas são capazes de tomar decisões razoáveis e não devem ser tuteladas;

Individualidade: cada indivíduo é um fim em si mesmo, não apenas uma peça em uma engrenagem, subserviente aos interesses do grupo;

Progresso: crença na possibilidade de melhora progressiva das condições de vida por meio da tecnologia e do esforço (em contraposição aos conservadores, que acreditam que mudanças trazem mais perdas do que ganhos, e dos radicais, que acham que qualquer melhora só é possível por intermédio da revolução).

ADAM SMITH, O FUNDADOR

O pensamento liberal surgiu no século XVIII não só para combater a opressão política e religiosa, mas também como forma de defender os interesses de uma classe média ascendente, a burguesia, contra as restrições e privilégios do sistema mercantilista. Adam Smith (1723-1790) ofereceu o arcabouço teórico para combater os desmandos do Estado absolutista em prol de uma economia de mercado, em que a especialização, o livre comércio e a competição levariam à maior prosperidade. Grande parte das políticas e proposições liberais até os dias de hoje se baseia na forma de entender o funcionamento da economia proposta originalmente por Smith.

Smith, com sua famosa metáfora da “mão invisível”, descreveu um sistema em que indivíduos, empresas e países deveriam se especializar naquilo que fazem melhor, o que aumentaria a produtividade total da economia e, portanto, a riqueza geral. Os demais bens poderiam ser obtidos pelo livre comércio. O economista delineou um sistema baseado na *cooperação espontânea*, em que, ao almejar seu próprio ganho, o indivíduo acaba promovendo, de forma não

intencional, o bem da sociedade. Por conta do caráter voluntário da troca de bens e serviços, esta só ocorreria caso beneficiasse todas as partes envolvidas. O livre comércio deveria, portanto, ser estimulado, e práticas protecionistas tão comuns ao mercantilismo deveriam ser eliminadas.

O *insight* de Smith sobre a cooperação espontânea tem desdobramentos importantes. Para que a “mão invisível” faça seu trabalho, é fundamental que os preços sejam deixados livres para transmitir *informações* (sobre o valor que os consumidores atribuem a um bem e o custo que as firmas têm para produzi-lo) e fornecer os *incentivos* para que produtores e consumidores reajam a essas informações. Um consumidor que enche o tanque de seu carro em um posto de gasolina não precisa saber se há uma crise na Venezuela que prejudicou a oferta mundial de petróleo. Ele receberá, de maneira muito sucinta, a *informação* de que o petróleo ficou mais escasso ao perceber o preço mais elevado para a gasolina e terá automaticamente o *incentivo* de economizar esse recurso, agora mais difícil de obter. Quando o governo fixa preços artificialmente, a transmissão de informações entre os agentes econômicos ficaria prejudicada e o sistema deixaria de funcionar apropriadamente.

ECONOMIA, UM MÓBILE COMPLEXO

Decorre também da crença nas vantagens da cooperação espontânea uma desconfiança por parte dos economistas liberais quanto à capacidade do Estado de, com planejamento ativo, melhorar os resultados econômicos.

Na livre economia de mercado, o planejamento dá-se de forma pulverizada, pela ação de cada indivíduo, família ou empresa, que detém parte do vasto conjunto de informações necessárias para decidir a melhor maneira de produzir e distribuir os bens. Nenhum agente do governo, por mais capaz e bem-intencionado que seja, seria capaz de reunir todas essas informações, dispersas, em um todo coerente. A economia seria comparável a um organismo vivo, bastante complexo, que, tal qual um Frankenstein, não poderia ser reconstruído artificialmente sem consequências fatais.

MESMO ECONOMISTAS LIBERAIS RECONHECEM QUE OS MERCADOS NEM SEMPRE ACERTAM EM SEU PAPEL DE ALOCAR EFICIENTEMENTE OS RECURSOS E QUE O GOVERNO TERIA FUNÇÃO IMPORTANTE NA CORREÇÃO DESSAS FALHAS.

Mesmo políticas bem-intencionadas poderiam desencadear consequências difíceis de prever em toda a sua extensão. Tal como um enorme móvel, mexer em uma das partes levaria ao rearranjo do todo, cujos desdobramentos (indiretos, secundários e retardados) não somos capazes de antecipar precisamente. Em alguns casos, perdas tenderiam a ser concentradas em determinados grupos de interesse, mobilizados politicamente e capazes de amplificar sua voz. Dinâmicas como tais poderiam levar a decisões equivocadas por parte do governo, possivelmente mais prejudiciais do que a falha do mercado que procurava, originalmente, corrigir.

UMA QUESTÃO DE PODER

A preocupação original dos primeiros liberais com a preservação da liberdade e a limitação do poder do Estado tem também implicações e desdobramentos importantes no campo da economia. À medida que o Estado assume papel mais ativo, seja controlando empresas estatais, seja regulando os mais diversos aspectos da vida econômica ou redistribuindo renda, maior poder sobre a vida do indivíduo ele concentra. Seria, portanto, desejável limitar e restringir a concentração de poder por meio de “freios e contrapesos”.

Liberais preocupam-se, por exemplo, com os conflitos de interesse que surgem quando o poder é delegado a terceiros – políticos, burocratas – para agir e gastar recursos em nome dos cidadãos. Insistem que o poder seja limitado e exercido localmente e que mecanismos de controle e governança sejam fortalecidos. A ideia central é que políticas públicas são, na prática, executadas não por uma figura abstrata chamada “Estado”, mas por indivíduos que têm suas próprias agendas e interesses. Certos grupos bem mobilizados politicamente teriam mais influência na alocação de gastos públicos. Como os muito pobres teriam baixa capacidade de mobilização política, ficariam desfavorecidos nesse processo.

Outra preocupação diz respeito ao efeito da crescente atuação governamental sobre os incentivos econômicos à produção e ao trabalho. A ampliação do estado de bem-estar

social, assim como a crescente complexidade do sistema tributário, alteraria os preços e os retornos da economia, levando os agentes a reagir, ajustando suas decisões sobre quanto trabalhar e como produzir. Além disso, como o custo do Estado não é percebido claramente pelos indivíduos (já que os impostos são ocultados nos preços dos bens ou retidos na fonte), haveria uma dinâmica de crescimento constante das despesas e demandas a serem atendidas. Tal qual em um grande almoço entre amigos em que a conta será dividida igualmente (o que leva os comensais a pedir pratos mais caros), os representantes eleitos votariam despesas maiores do que as desejáveis com base na percepção de que a conta será paga por uma entidade abstrata com bolsos infinitos chamada governo.

A FUNÇÃO DO ESTADO LIBERAL

Apesar de contrária à atuação ativa do Estado no planejamento econômico, a maioria dos pensadores liberais considera que um governo eficiente é essencial para o desenvolvimento econômico. Sua função principal consiste, porém, em estabelecer um ambiente institucional adequado e estável, administrando a justiça, preservando a lei e a ordem e provendo os chamados “bens públicos”. O Estado deveria estabelecer as regras do jogo e apitar as faltas, mas não entrar em campo como um jogador.

Além disso, mesmo economistas liberais reconhecem que existem situações em que os mercados falham em seu papel de alocar eficientemente os recursos. O governo teria, portanto, uma função importante na correção das “falhas de mercado”, estimulando a competição em que setores que tendem à monopolização e corrigindo situações em os incentivos privados divergem dos sociais (as chamadas externalidades), tais como questões ambientais. ●

PARA SABER MAIS:

- John Micklethwait e Adrian Wooldridge. *A quarta revolução*, 2015.
- Milton Friedman e Rose Friedman. *Livre Para Escolher: Um Depoimento Pessoal*, 2015.
- Friedrich August von Hayek. *Globo*, 1946.

ALEXANDRA STROMMER GODOI > Professora da FGV EAESP >
alexandra.godoi@fgv.br